

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 10.867, DE 2018

Institui a Semana Nacional do Feijão e Arroz e dá outras providências.

Autor: Deputado JERÔNIMO GOERGEN.

Relator: Deputado IVAN VALENTE

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise pretende instituir a Semana Nacional do Feijão e Arroz, a ser comemorada a partir do dia 16 de outubro de cada ano, integrada à Semana Mundial da Alimentação. A iniciativa determina que, durante a semana comemorativa, deverão ser promovidas, por instituições públicas e privadas, ações de conscientização, sobretudo dirigidas ao público infantil, sobre a importância desses dois alimentos.

Propõe ainda que a instituição da Semana Nacional do Feijão e Arroz, torne obrigatória a inclusão desses dois alimentos nas refeições servidas aos estudantes nas escolas, com recursos oriundos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

A proposição obedece ao regime ordinário de tramitação, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões. Foi distribuída, para análise de mérito, à Comissão de Seguridade Social e Família e à Comissão de Educação e, para efeitos do art. 54 do Regimento Interno, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou, em outubro de 2019, o parecer favorável, com emenda da Relatora, Deputada Carmen Zanotto. A mudança acatada pela Comissão foi uma nova redação para o art. 3º do Projeto original, substituindo a obrigatoriedade de oferta dos dois



alimentos na merenda escolar, pela determinação de que *“o feijão e o arroz entrarão no planejamento e elaboração dos cardápios servido aos estudantes da rede pública, do Programa Nacional de Alimentação, levando em consideração a disponibilidade local, a cultura alimentar, a sazonalidade e com o atendimento das recomendações nutricionais”*.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto no âmbito desta Comissão de Educação.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei em comento já foi objeto de parecer apresentado pelo então Relator da matéria nesta Comissão, Deputado Emanuel Pinheiro Neto, que se manifestou pela aprovação com uma emenda e pela rejeição da emenda proposta pela Comissão de Seguridade Social e Família. O parecer não chegou a ser apreciado pelo colegiado, e aquele Relator deixou de integrar a Comissão.

O presente Relator, ora designado, concorda com os termos do parecer anterior, aproveitando-se, em grande medida, de seu conteúdo.

O Projeto de Lei tem como objetivo contribuir para a educação alimentar da população brasileira, ao instituir a Semana Nacional do Feijão e Arroz, a ser comemorada a partir do dia 16 de outubro de cada ano. A celebração deverá ocorrer integrada à Semana Mundial da Alimentação, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Segundo o autor da iniciativa, Deputado Jerônimo Goergen, durante a semana comemorativa deverão ser promovidas, por instituições públicas e privadas, ações de conscientização, especialmente voltadas ao público infantil, sobre a importância desses dois alimentos na alimentação diária.

A proposta é meritória e oportuna. O feijão e o arroz possuem elevado valor nutritivo e integram a cultura alimentar dos brasileiros. Conforme



dados da Embrapa, destacados no parecer da Deputada Carmen Zanotto, aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família, ambos os alimentos proporcionam diversos benefícios à saúde, podendo ser indicados na prevenção de doenças, como distúrbios cardíacos, diabetes e obesidade.

A combinação arroz e feijão apresenta inúmeras propriedades nutricionais: além de fornecer aminoácidos essenciais à síntese proteica, contém nutrientes fundamentais para a saúde. O arroz constitui importante fonte de energia (carboidrato) e ainda fornece fósforo, ferro, cálcio e vitaminas B1 e B2. O feijão, por sua vez, é rico em ferro, fósforo, magnésio, manganês e vitaminas do complexo B, possui fibras, apresenta função antioxidante e baixo teor de sódio e gordura.

Dessa forma, é incontroverso que educar a população sobre a importância do consumo dessa combinação – especialmente em um contexto de crescente ingestão de ultraprocessados por crianças e jovens – constitui medida de inegável valor.

Cabe destacar que a então Comissão de Educação e Cultura aprovou matéria semelhante em 2007. O Projeto de Lei nº 1.488, de 2007, que também institui a Semana Nacional do Feijão e Arroz, na semana a partir de 16 de outubro, foi aprovado na Câmara e encaminhado ao Senado, mas acabou arquivado ao final da 54ª Legislatura, por não ter sido apreciado tempestivamente pelas comissões de mérito.

No que tange ao art. 3º do projeto, que propõe a inclusão de feijão e arroz nas refeições servidas aos estudantes por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cumpre tecer algumas considerações.

O PNAE, administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), é o mais antigo programa social do Governo Federal na área de alimentação e nutrição, com o objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional de mais de 42 milhões de alunos de instituições públicas de educação básica em todo o País.



Em 2009, o Congresso Nacional atualizou as regras de implementação do programa, após a aprovação da Medida Provisória nº 455, de 2008, transformada, após sanção, na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Embora o PNAE conte com financiamento federal suplementar, sua execução é descentralizada, cabendo aos entes federados a responsabilidade de elaborar os cardápios escolares. Portanto, não é prerrogativa da lei federal determinar de forma rígida quais alimentos devem compor os cardápios, devendo-se respeitar os critérios nutricionais, culturais e regionais já mencionados.

Destaca-se a importância de garantir que todas as ações relacionadas à Semana do Feijão e Arroz estejam livres de qualquer tipo de conflito de interesse. É fundamental que o enfoque na promoção desses alimentos seja pautado exclusivamente pelo benefício à saúde e à cultura alimentar, sem interferência de interesses comerciais ou privados que possam comprometer os objetivos educacionais e nutricionais do programa.

No que se refere ao balanceamento adequado da alimentação escolar, o FNDE emitiu norma regulamentadora (Resolução nº 6, de 2020, do Conselho Deliberativo) para a execução do PNAE, estabelecendo orientações às redes escolares, mas preservando a autonomia dos entes federados na elaboração de seus cardápios, sob a responsabilidade técnica de seus nutricionistas.

É fundamental que o nutricionista responsável técnico (RT) pelo Programa, e seu quadro técnico (QT), conheça a produção agrícola local e contemple os alimentos regionais e produzidos localmente nos cardápios escolares, sempre respeitando a sazonalidade, respeitando referências nutricionais, hábitos alimentares, cultura e tradição local, promovendo alimentação saudável e adequada, pautada na sustentabilidade e diversificação agrícola da região.

Posto isto, embora a iniciativa da Comissão de Seguridade Social e Família seja meritória, ao propor emenda sobre essa disposição, entende-se



que não é adequado que a legislação federal imponha, ainda que de maneira flexível, a inclusão de itens específicos na alimentação escolar em todo o território nacional.

Assim, considerando o mérito geral da proposta, **VOTO PELA APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 10.867, de 2018, **COM A EMENDA ANEXA, e pela rejeição da emenda da Comissão de Seguridade Social e Família.**

Sala da Comissão, em de de 2025.

IVAN VALENTE
DEPUTADO FEDERAL PSOL/SP
(Relator)



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 10.867, DE 2018

Institui a Semana Nacional do Feijão e Arroz e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

Suprima-se o art. 3º do projeto de lei (mérito), que trata da obrigatoriedade da inclusão do feijão e arroz nas refeições servidas aos estudantes nas escolas, mantendo-se o art. 3º que trata da cláusula de vigência.

Sala da Comissão, em de de 2025.

IVAN VALENTE
DEPUTADO FEDERAL PSOL/SP
(Relator)

